



# Decisão sobre situações de abuso sexual por psicólogos brasileiros

Álvaro Camargo Sant' Ana<sup>1</sup>; [alvaro.farma@hotmail.com](mailto:alvaro.farma@hotmail.com)  
Professor Orientador: Cátula Pelisoli<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Psicólogos em todo o mundo têm sido solicitados a realizarem avaliações de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes (Finnila-Tuohimaa, Santtila, Sainio, Niemi & Sandnabba, 2005). Num contexto clínico, a decisão sobre se o abuso ocorreu ou não, na realidade factual, não é tão importante quanto no contexto forense. Neste último, o propósito da avaliação é justamente a confirmação ou não da ocorrência do abuso. Essa informação é fundamental no contexto penal e no contexto das medidas de proteção para as crianças e adolescentes vítimas, na medida em que se trata de um crime que não conta com provas, senão as testemunhais. Este trabalho objetivou investigar como psicólogos tomam decisões nos casos de abuso sexual.

## MÉTODO

**Delineamento:** Foi realizada uma pesquisa de levantamento ou *survey online*.

**Instrumento:** Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico e de experiência profissional e ao instrumento Cenário 7 (Herman & Freitas, 2010), que apresenta um caso e solicita a decisão sobre se o abuso havia ou não ocorrido.

**Procedimentos:** O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS. Os participantes foram convidados via e-mail a responderem a pesquisa que estava disponibilizada no domínio [www.pesquisaabusosexual.com.br](http://www.pesquisaabusosexual.com.br), atualmente inativo.

**Participantes:** Participaram deste estudo 95 psicólogos (86,3% do sexo feminino) das cinco regiões do Brasil, com idades entre 23 e 62 anos ( $m=36,6$ ;  $dp=9,7$ ).

## RESULTADOS

**QUALIFICAÇÃO:** A maioria dos psicólogos participantes tem cursos de pós-graduação (73,7% especialização; 48,4% mestrado e 10,5% doutorado). Além disso, 81,1% sentem-se preparados para atuar na avaliação de situações de abuso e 73,7% sentem-se preparados para atuar no atendimento dessas situações.

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL:** O tempo de trabalho dos participantes com situações de abuso variou de menos de um ano a 25 anos ( $m=6$ ;  $dp=5,4$ ) e 89,5% dos participantes tiveram que, em algum momento, emitir documentos à Justiça. Estes profissionais atuam nas seguintes áreas:

- 32,6% - área acadêmica;
- 27,4% - avaliação psicológica e neuropsicológica;
- 49,5% - clínica;
- 51,6% - jurídica;
- 17,9% - saúde pública;
- 20% - saúde mental.

**DECISÃO:** Os psicólogos, muitas vezes, são questionados sobre se o abuso de fato ocorreu. Para responder a essa demanda, procuram fundamentos ou indícios que os levem a acreditar em uma ou outra hipótese. Neste estudo foi apresentado um caso em que o participante deveria indicar se havia ou não fundamentos para acreditar que o abuso ocorreu. Os resultados indicaram que 52 pessoas não fundamentaram o caso (54,7%) e 43 pessoas o fundamentaram (45,3%).

Além de indicar se o caso era ou não fundamentado, os participantes sugeriam um percentual da probabilidade de ter ocorrido o abuso. Os resultados pode ser vistos na Tabela abaixo:

Quão provavelmente verdadeira é a alegação?	Percentual	Participantes
0	2,1	2
10	2,1	2
20	2,1	2
30	4,2	4
40	4,2	4
50	55,8	53
60	4,2	4
65	1,1	1
70	4,2	4
80	4,2	4
90	8,4	8
95	1,1	1
100	6,3	6
Total	100	95

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicaram que os psicólogos têm qualificação para a atuação na área e exercem suas atividades especialmente nas áreas jurídica e clínica. As decisões quanto a fundamentação do caso foram discordantes e os participantes apresentaram uma tendência à isenção, predominantemente, mas também a acreditar que o abuso tenha de fato ocorrido. Isso fica demonstrado pelo percentual de participantes (55,8%) que indicaram uma chance de 50% de ocorrência do abuso.

Esses resultados estão de acordo com estudos internacionais que também têm indicado uma falta de consenso entre profissionais que avaliam estes casos. Entender como essa decisão é tomada torna-se um desafio para novos estudos.

## REFERÊNCIAS:

- Herman, S., & Freitas, T. R. (2010). Error rates in forensic child sexual abuse evaluations. *Psychology Injury and Law*, 3, 133-147.
- Finnila-Tuohimaa, K., Santtila, P., Sainio, M., Niemi, P., & Sandnabba, K. (2005). Connections between experience, beliefs, scientific knowledge and self-evaluated expertise among investigators of child sexual abuse in Finland. *Scandinavian Journal of Psychology*, 46, 1-10.

## SOBRE OS AUTORES:

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/ CNEC

<sup>2</sup> Membro do corpo docente da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/CNEC e Doutoranda da UFRGS